

REGULATORY UPDATE

Setembro 2019



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com Agostor impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

PORTAL DO FINANCIAMENTO

O IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, lançou o **Portal do Financiamento**, uma iniciativa integrada no Programa Capitalizar, que agrupa numa única plataforma um conjunto de soluções de financiamento para apoiar as empresas - [DOC](#)

PORTAL EUROPEU DA JUSTIÇA

E-Justice - Portugal integrou este mês o Business Registry Information System (BRIS) que permite procurar e verificar a natureza jurídica de empresas no Portal Europeu da Justiça-E-Justice. É agora possível a todos os Estados-membros da União Europeia consultar no E-justice a natureza jurídica de empresas nacionais - [DOC](#)

AEM PARTICIPA NA SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR

A AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado é uma das instituições parceiras da **CMVM** - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no desenvolvimento e concretização da Semana Mundial do Investidor (SMI, ou WIW na sigla inglesa) em Portugal.

A SMI é uma iniciativa mundial promovida pela **IOSCO** (Organização Internacional das Comissões de Valores) com o objectivo de ajudar a consciencializar os agentes de mercado e o público em geral sobre a importância dos mercados de capitais e da educação e da protecção dos investidores, dando destaque a diferentes iniciativas nesta área.

Este ano, a SMI tem como tema central “**A digitalização ao serviço do investidor**”, merecendo destaque, no programa, a conferência com o mesmo título, a realizar no dia 3 de Outubro, que visa debater o efeito da digitalização nos mercados, seus impactos e tendências, e durante a qual será entregue o prémio ao vencedor da primeira edição do Concurso de Inovação Financeira.

Ao longo da semana que decorre entre 30 de setembro e 6 de outubro realizam-se igualmente diversas outras acções onde serão abordados temas diversos relacionados com o mercado de capitais. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de Setembro

Aprova o Estatuto para a Transparência e procede à nona alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, que aprova a organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional - [DOC](#)

Lei n.º 120/2019, de 19 de Setembro

Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1852, do Conselho, de 10 de outubro de 2017 - [DOC](#)

Lei n.º 119/2019, de 18 de Setembro

Alteração de diversos códigos fiscais - [DOC](#)

Lei n.º 118/2019, de 17 de Setembro

Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas - [DOC](#)

Lei n.º 117/2019, de 13 de Setembro

Altera o Código de Processo Civil, em matéria de processo executivo, recurso de revisão e processo de inventário, revogando o regime jurídico do processo de inventário, aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março, e aprovando o regime do inventário notarial, e altera o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal de 1.ª instância, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro - [DOC](#)

Lei n.º 114/2019, de 12 de Setembro

Décima segunda alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro - [DOC](#)

Lei n.º 112/2019, de 10 de Setembro

Adapta a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2017/1939 do Conselho, de 12 de outubro de 2017, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia - [DOC](#)

Lei n.º 107/2019, de 9 de Setembro

Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil - [DOC](#)

Lei n.º 98/2019, de 4 de Setembro

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos - [DOC](#)

Lei n.º 97/2019, de 4 de Setembro

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária - [DOC](#)

Lei n.º 93/2019, de 4 de Setembro

Altera o Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Lei n.º 91/2019, de 4 de Setembro

Estabelece o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o tribunal dos conflitos - [DOC](#)

Lei n.º 90/2019, de 4 de Setembro

Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade - [DOC](#)

Lei n.º 69/2019, de 28 de Agosto

Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (UE) 2017/2402 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada - [DOC](#)

Lei n.º 68/2019, de 27 de Agosto

Aprova o Estatuto do Ministério Público - [DOC](#)

Lei n.º 67/2019, de 27 de Agosto

Décima sexta alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei n.º 21/85, de 30 de julho - [DOC](#)

Lei n.º 60/2019, de 13 de Agosto

Décima terceira alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março - [DOC](#)

Lei n.º 59/2019, de 8 de Agosto

Aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - [DOC](#)

Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - [DOC](#)

Lei n.º 55/2019, de 5 de Agosto

Confere novas competências ao Tribunal da Propriedade Intelectual, procedendo à oitava alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto - [DOC](#)

Lei n.º 52/2019, de 31 de Julho

Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de Setembro

Procede à transferência para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários das competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 128/2019, de 29 de Agosto

Altera o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de Agosto

Altera o modelo de governação e as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Decreto-Lei n.º 99/2019, de 31 de Julho

Altera o Fundo de Coinvestimento 200M - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 106/2019, de 12 de Agosto

Procede à transferência da vertente de garantia de depósitos do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo para o Fundo de Garantia de Depósitos - [DOC](#)

Decreto Regulamentar n.º 4/2019, de 20 de Setembro

Altera a regulamentação aplicável ao sistema de informação cadastral simplificada - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2019, de 16 de Setembro

Aprova, para o corrente ano, a atribuição de indemnizações compensatórias às empresas prestadoras de serviço público - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 146/2019, de 4 de Setembro

Seleciona os potenciais investidores a participar na fase subsequente do processo de venda direta das ações referentes ao Banco Caixa Geral - Brasil, S. A. - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2019, de 20 de Agosto

Cria o conselho de coordenação das instituições financeiras de apoio à economia nacional - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 159/2019, de 6 de Setembro

Recomenda ao Governo que rejeite a alteração do processo de decisão da União Europeia no âmbito da política fiscal - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 39/2019, de 22 de Agosto

Declaração de Retificação à Lei n.º 56/2019, de 5 de agosto «Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 148, de 5 de agosto de 2019 - [DOC](#)

Portaria n.º 323/2019, de 19 de Setembro

Regula a criação da medida CONVERTE+, que consiste num apoio transitório à conversão de contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo, através da concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro - [DOC](#)

Portaria n.º 310/2019, de 17 de Setembro

Altera o Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique - [DOC](#)

Portaria n.º 306/2019, de 12 de Setembro

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 295-A/2018, de 2 de novembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas aos fundos operacionais, aos programas operacionais e à assistência financeira previstos na Secção 3 do Capítulo II da Parte II do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, no Regulamento Delegado (UE) 2017/891, da Comissão, de 13 de março, e no Regulamento de Execução (UE) 2017/892, da Comissão, de 13 de março, nas redações atuais, em aplicação da estratégia nacional de sustentabilidade para os programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas - [DOC](#)

Portaria n.º 289/2019, de 5 de Setembro

Regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica - [DOC](#)

Portaria n.º 287/2019, de 3 de Setembro

Alteração da Portaria n.º 112-A/2011, de 22 de março - [DOC](#)

Portaria n.º 284/2019, de 2 de Setembro

Alteração da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Portaria n.º 241-A/2019, de 31 de Julho

Aprova o modelo de certificado de matrícula em suporte de cartão e procede à alteração da Portaria n.º 1135-B/2005, de 31 de outubro, na redação dada pela Portaria n.º 165-A/2010, de 16 de março - Documento Único Automóvel (DUA) - [DOC](#)

Portaria n.º 239/2019, de 30 de Julho

Define os termos e as condições da aplicação do regime de isenção - [DOC](#)

Portaria n.º 238/2019, de 30 de Julho

Define os critérios de fixação do capital mínimo e os demais requisitos mínimos do seguro de responsabilidade civil profissional - [DOC](#)

Portaria n.º 233/2019, de 25 de Julho

Regulamenta o regime das notificações e citações efetuadas por transmissão eletrónica de dados em área reservada no Portal das Finanças, designado como «Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças» (NCEPF), previsto no artigo 38.º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) - [DOC](#)

Regulamento n.º 686/2019, de 2 de Setembro

Regulamento dos Deveres Específicos de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo das Entidades Gestoras de Plataformas de Financiamento Colaborativo por Donativo ou com Recompensa - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Nova medida **CONVERTE+** apoia empresas - Candidaturas Abertas - [DOC](#)

Aplicação móvel vai tornar **Livro de Reclamações Eletrónico mais acessível** - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 12 de Setembro - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje medidas de contingência para o caso de o Reino Unido deixar a União Europeia sem acordo de saída, regulando matérias relativas a serviços financeiros e segurança social. No que respeita aos serviços financeiros, é definido um regime de contingência no qual as instituições de crédito, empresas de investimento e entidades gestoras com sede no Reino Unido podem continuar a operar em Portugal até 31 de dezembro de 2020, desde que autorizadas a prestar serviços e atividades de investimento ou serviços relativos a organismos de investimento coletivo no território português. Na ausência da ratificação de um acordo entre o Reino Unido e a União Europeia, e na falta deste regime de contingência, aquelas entidades passariam a estar abrangidas pelos regimes aplicáveis às entidades sediadas em países terceiros.

O presente decreto-lei aprova ainda medidas adicionais em matéria de segurança social, prevendo-se a totalização dos períodos de seguro cumpridos no Reino Unido após a data da saída até 31 de dezembro de 2020.

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CIRCULARES, FAQS E COMUNICADOS

Intervenção da Presidente da CMVM no XIII Congresso dos ROC - [DOC](#)

Circular relativa à **entrada em vigor do Regulamento (UE) 2019/834** do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2019 que **altera o EMIR - EMIR REFIT** - [DOC](#)

Circular relativa à disponibilização do **parecer do Auditor nas situações previstas nos artigos 60.º e 62.º do RGOIC** - [DOC](#)

CMVM publica relatório com **resultados do sistema de controlo de qualidade da atividade de auditoria** - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Novos ficheiros XML para reporte de transações no âmbito do RMIF em vigor a partir de 23 de setembro - [DOC](#)

CMVM debate **impactos da digitalização financeira** nos investidores - [DOC](#)

CMVM celebra terceira **Semana Mundial do Investidor** - [DOC](#)

CMVM e APB promovem sessões de esclarecimento sobre **boas práticas de investimento** em agências bancárias - [DOC](#)

Reunião do **Conselho Nacional de Supervisores Financeiros** de 5 de julho de 2019 - [DOC](#)

Perguntas e Respostas sobre a **oferta pública de aquisição** sobre o Grupo Media Capital - [DOC](#)

Comunicado da CMVM relativo ao **cancelamento do registo de três auditores** da KPMG - [DOC](#)

CMVM **ordena medidas restritivas** à “Orey Financial, IFIC” - [DOC](#)

CMVM delibera **perda da qualidade de sociedade aberta da SAG GEST – Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A.** - [DOC](#)

CMVM **proferiu decisão em 30 processos de contraordenação** no 2º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Perguntas e Respostas destinadas às empresas sobre o **EMIR e respetiva taxa de supervisão** - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **intermediação financeira** - 2º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **contraordenações** - 2º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **gestão de ativos** - 2º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Julho - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Julho - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Julho - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Agosto - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Julho - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 16/2019 - Divulga, para o 4.º trimestre de 2019, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do DL n.º 133/2009, de 02-06 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 15/2019 - Altera a Instrução n.º 3/2015 publicada BO n.º 5, de 15-05-2015, que estabeleceu regras uniformes para a implementação da política monetária - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Instrução (Histórico) n.º 14/2019 - Procede à alteração da Instrução n.º 7/2012, que estabelece as medidas de carácter temporário relativas aos critérios de elegibilidade dos ativos de garantia para as operações de crédito do Eurosistema - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho de 2018 - [DOC](#)

Sinopse de Atividades de Supervisão Comportamental – 1.º semestre de 2019 - [DOC](#)

Cadernos Jurídicos n.º 1 - The Difficult Reform of the Economic and Monetary Union and the European Banking Union - [DOC](#)

Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - Julho 2019 - [DOC](#)

Estudos da Central de Balanços n.º 39 - Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal, 2017 - [DOC](#)

Estudos da Central de Balanços n.º 38 - Análise das empresas da região Norte - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 9/2019 - Setembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 9/2019: 1º Suplemento - Setembro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 8/2019 - Agosto - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 7/2019: 1º Suplemento - Julho - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 9/2019 - Setembro - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 8/2019 - Agosto - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 7/2019 - Julho - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Setembro - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Agosto - [DOC](#)

Revista de Estudos Económicos n.º 3, Volume V - Julho - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, na Sessão de encerramento da 3.ª edição do ciclo de conferências "A Economia e o Futuro": "Qualidade da gestão, governança e produtividade da economia" - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, no **Banco Central da Croácia** - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, na Cerimónia de Entrega de Diplomas do **XVII Executive MBA da AESE Business School** - [DOC](#)

Intervenção do Vice-Governador, Luís Máximo dos Santos, no encerramento da Conferência "20 anos Sérvulo" na sessão sobre o futuro do sistema financeiro - [DOC](#)

Artigo de opinião do Administrador Hélder Rosalino no Jornal Expresso: "Pagamentos mais seguros com a mesma simplicidade" - [DOC](#)

Intervenção de abertura da Administradora Ana Paula Serra na **European System of Central Banks' Day-Ahead Conference** - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Comunicado do Banco de Portugal sobre os **resultados da avaliação dos mercados imobiliários residenciais na UE, Islândia e Noruega**, conduzida pelo Comité Europeu do Risco Sistémico - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **decisão do Tribunal de Santarém** relativa ao processo de contraordenação da CEMG - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **Sinopse de Atividades de Supervisão Comportamental – 1.º semestre de 2019** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retailho de 2018** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre **informação agregada e anonimizada relativa a grandes posições financeiras** do Novo Banco, S.A. - [DOC](#) - [Informação Agregada](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **reserva contracíclica de fundos próprios** – 4.º trimestre 2019 - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **proposta de revogação da autorização** da Orey Financial – IFIC - [DOC](#)

Banco de Portugal assinou **protocolo com o Governo para promover serviços mínimos bancários** - [DOC](#)

Banco de Portugal publica **análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros** em Portugal - [DOC](#)

Banco de Portugal participa em **fundo ‘verde’ do BIS** - [DOC](#)

Guia sobre a **autenticação forte do cliente** - [DOC](#)

Serviços de pagamento eletrónicos têm novas regras, a pensar na segurança dos utilizadores - [DOC](#)

Taxas **máximas aplicáveis aos contratos de crédito** aos consumidores no 4.º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Informação semestral sobre **apreensão de notas contrafeitas de euro** na circulação em Portugal – 1.º semestre de 2019 - [DOC](#)

Cartões contactless: Sete informações que deve ter em conta - [DOC](#)

Contas de pagamento. Compare online as **comissões praticadas por todas as instituições** em Portugal - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Revisão da base das contas nacionais em 2019 - [DOC](#)

Revisão metodológica das estatísticas da dívida pública - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Julho - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Junho - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Julho - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Junho - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Julho - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Junho - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Julho - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Junho - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Posição de investimento internacional: Junho - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Julho - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Junho - [DOC](#)

Fundos de Investimento: Junho - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Julho - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Junho - [DOC](#)

Emissões de títulos: Julho - [DOC](#)

Emissões de títulos: Junho - [DOC](#)

Dívida pública: Julho - [DOC](#)

Dívida pública: Junho - [DOC](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, estabelece: (i) os procedimentos e requisitos a observar para o reconhecimento dos cursos sobre seguros exigidos em matéria de qualificação adequada, ao abrigo do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro; (ii) as regras de funcionamento da comissão técnica competente para elaborar os pareceres que precedem a aprovação dos cursos sobre seguros pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; (iii) os procedimentos e requisitos mínimos para o reconhecimento de entidades formadoras responsáveis pela formação e aperfeiçoamento profissional contínuo; e (iv) os procedimentos e requisitos aplicáveis em relação à conformação da qualificação adequada obtida e dos cursos sobre seguros reconhecidos ao abrigo do anterior Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho - [DOC](#)

Norma Regulamentar n.º 5/2019-R, de 20 de agosto. Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no quarto trimestre de 2019 - [DOC](#)

Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões - [DOC](#)

Esclarecimento relativo ao Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões - [DOC](#)

Evolução da Atividade Seguradora e da Atividade dos Fundos de Pensões - [DOC](#)

Esclarecimento sobre as **categorias de cursos sobre seguros e processo de reconhecimento** após a entrada em vigor da Norma Regulamentar n.o 6/2019-R, de 3 de setembro - [DOC](#)

Aquisição de participação qualificada e dos direitos de voto da GNB - Companhia de Seguros de Vida S.A. - [DOC](#)

Edital: **Notificação de Mediadores de Seguros** da Deliberação de Cancelamento - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Informação Vinculativa n.º 15558 - Operações sujeitas, mas isentas – Instituições bancárias que cobram comissões bancárias, juros e outros encargos bancários (Concessão de crédito) ou prémios de seguros - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Informação Vinculativa n.º 2018004794/PIV14789 - "Perdão de dívida" de entidade sediada em Portugal a uma sua sucursal localizada em Angola e dedução de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 20193224/PIV16152 - Gastos relativos a despesas de saúde com pessoal - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 20192003/PIV15682 - Mais-valias - Reinvestimento dos valores de realização - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2019000896 - Reorganização de empresas em resultado de operações de restruturação ou de acordos de cooperação - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2018003457 - Enquadramento fiscal dos gastos com contribuições para o fundo de pensões destinadas à cobertura de responsabilidades com o subsidio por morte - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2013002764/PIV5839 - Enquadramento fiscal de variação patrimonial negativa decorrente da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2017000958/PIV11791 - Conversão de sociedade anónima em organismo de investimento coletivo sob a forma societária. Neutralidade da conversão e inaplicabilidade do regime transitório previsto no DL n.º 7/2015, de 13 de janeiro - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15724/2019 - Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro a utilizar de 1 a 30 de setembro de 2019 - [DOC](#)

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Parecer n.º 25/2019, de 20 de Setembro

Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos - [DOC](#)

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Consulta pública relativa ao projeto de **alteração ao regulamento geral de estacionamento e paragem na via pública** da cidade de lisboa - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 298/2019, de 15 de Maio

Julga inconstitucional a interpretação normativa dos artigos 61.º, n.º 1, alínea d), 125.º e 126.º, n.º 2, alínea a), todos do Código de Processo Penal, segundo a qual os documentos fiscalmente relevantes obtidos ao abrigo do dever de cooperação previsto no artigo 9.º, n.º 1, do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira e no artigo 59.º, n.º 4, da lei geral tributária por uma inspeção tributária realizada a um contribuinte, durante a fase de inquérito de um processo criminal pela prática de crime fiscal movido contra o contribuinte inspecionado e sem o prévio conhecimento ou decisão da autoridade judiciária competente, podem ser utilizados como prova no mesmo processo. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 16 de Maio

- I. Tendo o acórdão recorrido considerado que o 1º réu, advogado, teve conhecimento dos factos e circunstâncias, que tornavam provável a reclamação da autora lesada, em momento anterior à data de início da vigência do contrato de seguro dos autos, o que faria funcionar a exclusão contratualmente prevista, entendeu ser aplicável o regime legal imperativo do nº 4 do art. 101º da LCS (aprovada pelo DL nº 72/2008, de 16.04) que dispõe que, nos seguros obrigatórios de responsabilidade civil, são inoponíveis ao lesado as cláusulas de redução ou de exclusão fundadas no incumprimento pelo segurado de deveres de participação do sinistro à seguradora.
- II. Não existindo dúvidas sobre a natureza obrigatória do seguro de responsabilidade civil profissional dos advogados (cfr. art. 99º, nº 1, do EOA, aprovado pela Lei nº 15/2005, de 26.01, em vigor à data dos factos) nem sobre a aplicação da LCS ao contrato de seguro dos autos, a decisão da Relação não merece censura. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 6 de Dezembro de 2018

- I. A admissibilidade do recurso extraordinário para uniformização de jurisprudência depende designadamente da verificação de uma contradição entre o acórdão recorrido e o acórdão fundamento relativamente a questão de direito essencial para a resolução de ambos os litígios (art. 688º do CPC).
- II. É pelo teor da fundamentação que se afere a existência da contradição essencial em matéria de direito; não bastando que a mesma se verifique relativamente a questões ou argumentos laterais, com mera função de obiter dicta, deve manifestar-se no núcleo essencial ou determinante para cada um dos acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça em confronto.
- III. A apreciação rigorosa desse requisito legal constitui a garantia da estabilidade e da segurança inerentes ao caso julgado já formado, fazendo jus à natureza "extraordinária" do recurso.
- IV. Não se verifica contradição essencial entre o acórdão fundamento proferido numa ação em que se discutia apenas a resolução ou modificação de contrato de swap com fundamento na alteração anormal das circunstâncias regulada no art. 437º do CC e o acórdão recorrido no qual se discutia a forma a que deveriam obedecer os contratos de swap celebrados entre uma entidade financeira e um investidor, para efeitos da sua demonstração nessa ação.
- V. O acórdão fundamento em cujo segmento introdutório se afirmou, como mero obiter dictum, que o contrato de swap obedece a forma escrita, sem qualquer interferência na resolução do litígio em torno da alteração anormal das circunstâncias, não pode servir para justificar a admissão de um recurso extraordinário para uniformização de jurisprudência relativamente ao acórdão recorrido no qual se assumiu, para efeitos de fixação da matéria de facto, que não estava afastada a possibilidade de usar, além da prova documental e por confissão, a prova testemunhal e por presunções judiciais.
- VI. No acórdão fundamento, a alusão à exigência de forma escrita não teve natureza decisiva para a resolução do litígio, ao passo que no acórdão recorrido se revelou decisiva para a intervenção cassatória do Supremo Tribunal de Justiça, em sede da matéria de facto apurada pelas instâncias, a admissibilidade ou não de recurso a outros meios de prova. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 9 de Maio

- I. Tendo em conta os elementos que obrigatoriamente devem fazer parte do regulamento de gestão conforme determinado no artº 19º nº 3 [alíneas a) a w)] da Lei 18/2015 (RJCR), cabe concluir que o clausulado do Regulamento de Gestão do Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR contém, como não podia deixar de ser, situações subsumíveis a segredo comercial e segredo da vida interna respeitantes ao exercício da actividade de investimento de capital de risco desenvolvida pelo mencionado Fundo.
- II. No caso de os documentos a que o terceiro pretende acesso respeitarem a segredos comercial, industrial ou sobre a vida interna de empresa, a lei estabelece um regime excepcional de acesso por terceiros, a saber, o interessado esteja munido de (i) autorização escrita da empresa ou seja e (ii) titular de um interesse directo, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido, suficientemente relevante após ponderação de todos os direitos fundamentais em presença e do princípio da administração aberta, que justifique o acesso à informação - cfr. artº 6º nº 6 Lei 26/2016. - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 9 de Maio

- I. A lei prevê a quebra do segredo profissional “sempre que a mesma se mostre justificada face às normas e princípios aplicáveis da lei penal, nomeadamente face ao princípio da prevalência do interesse preponderante, nomeadamente tendo-se em conta a gravidade do crime e a necessidade de protecção de bens jurídicos.
- II. Haver ou não haver segredo profissional é matéria prevista no n.º 2 do artº 135º do CPP e sindicável pela via do recurso ordinário.
- III. O segredo bancário (ou instituições equiparadas) repousa sobre factos ou elementos respeitantes à vida das instituições de crédito e às relações desta com os clientes, nomeadamente no que toca aos seus nomes, contas, movimentos ou operações realizadas. Porém, o mesmo não tem carácter absoluto, já que cede perante o dever de cooperação com as autoridades judiciárias, quando particulares exigências de investigação criminal o imponham, mas sempre dentro de apertados limites e rígidas exigências de controle que, tanto quanto possível, harmonizem os dois interesses em confronto, justificando-se, assim, ante a inquestionável prevalência do superior interesse na melhor forma de administração e realização da justiça, seja ela de natureza penal ou contra-ordenacional, o que passa pela investigação, perseguição e punição da eventual prática de infracções, devidamente justificadas. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11 de Abril

- I. As acções ao portador transmitem-se por entrega do título ao adquirente ou ao depositário por ele indicado, dependendo da posse do título ou do certificado passado pelo depositário o exercício de direitos inerentes aos valores mobiliários titulados ao portador.
- II. Assim, diversamente do que decorre do regime geral do Código Civil, onde, em regra, a transferência da propriedade se dá por mero efeito do contrato, a transmissão da propriedade das acções não é uma consequência directa do contrato.
- III. Deste modo, a não entrega dos títulos representativos das mencionadas acções não atinge a validade formal nem material do contrato celebrado, pois a entrega dos títulos não constitui um requisito de validade do contrato de compra e venda.
- IV. No limite, a aquisição de acções próprias sem observância das regras acima explicitadas implica anulabilidade (e não a nulidade) do contrato e, no caso de os administradores não alienarem essas acções no prazo de um ano, tal como dispõe o artigo 323º do CSC, incorrem em responsabilidade pelos prejuízos sofridos pela sociedade.
- V. A aquisição de acções próprias quando ultrapasse o limite estabelecido no n.º 2 do artigo 317º do CSC, não está ferido de nulidade.
- VI. Ou seja, tal ou tais aquisições serão portanto válidas embora ilícitas devendo a sociedade promover a alienação das correspondentes acções dentro do ano seguinte à aquisição (artigo 323 nº2do CSC), sob pena de, não o fazendo, terem de ser anuladas as acções que houvessem de ser alienadas (artigo 323º n.º3 do CSC). - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 16 de Janeiro de 2018

- I. Os bancos dedicam-se à prática de atos bancários, com carácter profissional e habitual, com vista à obtenção do lucro, em regime de tendencial exclusividade, para o que constroem uma estrutura e orgânica com vista à realização de tal escopo e também à salvaguarda dos direitos e interesses de quem procura os seus serviços (clientes), que neles depositam confiança nos serviços e informações que pelo banco lhes são prestadas, no âmbito da realização ou preparação de atos e contratos bancários.
- II. O dever de informação rigorosa e precisa quando contrata com os seus clientes é, pois, um dever de conduta fundamental para o banco e da sua violação resulta a obrigação de indemnizar os danos causados.
- III. Os intermediários financeiros estão, assim, sujeitos a deveres de informação passivos, devendo, consequentemente, esclarecer todas as questões que lhes sejam suscitadas, bem como, a deveres ativos que impõem a obrigação de prestar, em relação a todos os serviços que ofereçam e, independentemente de lhes ser solicitado, todas as informações necessárias para uma tomada de decisão esclarecida e fundamentada. - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

DECISIONS AND REGULATION

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1284 of 29 July 2019 on the recognition of the legal and supervisory framework of Hong Kong as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1283 of 29 July 2019 on the recognition of the legal and supervisory framework of Japan as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1282 of 29 July 2019 repealing Implementing Decision 2014/246/EU on the recognition of the legal and supervisory framework of Argentina as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1281 of 29 July 2019 repealing Implementing Decision 2014/245/EU on the recognition of the legal and supervisory framework of Brazil as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1280 of 29 July 2019 on the recognition of the legal and supervisory framework of Mexico as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1279 of 29 July 2019 on the recognition of the legal and supervisory framework of the United States of America as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1278 of 29 July 2019 repealing Implementing Decision 2014/248/EU on the recognition of the legal and supervisory framework of Singapore as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1277 of 29 July 2019 repealing Implementing Decision 2012/630/EU on the recognition of the legal and supervisory framework of Canada as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1276 of 29 July 2019 repealing Commission Implementing Decision 2012/627/EU on the recognition of the legal and supervisory framework of Australia as equivalent to the requirements of Regulation (EC) No 1060/2009 of the European Parliament and of the Council on credit rating agencies - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1275 of 29 July 2019 on the equivalence of the legal and supervisory framework applicable to benchmarks in Singapore in accordance with Regulation (EU) 2016/1011 of the European Parliament and of the Council - July 30 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1274 of 29 July 2019 on the equivalence of the legal and supervisory framework applicable to benchmarks in Australia in accordance with Regulation (EU) 2016/1011 of the European Parliament and of the Council - July 30 - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/1375 of 26 August 2019 amending for the 305th time Council Regulation (EC) No 881/2002 imposing certain specific restrictive measures against certain persons and entities associated with the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida organisations - August 27 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/1353 of 20 August 2019 amending for the 304th time Council Regulation (EC) No 881/2002 imposing certain specific restrictive measures directed against certain persons and entities associated with the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida organisations - August 20 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/1337 of 8 August 2019 implementing Article 2(3) of Regulation (EC) No 2580/2001 on specific restrictive measures directed against certain persons and entities with a view to combating terrorism, and repealing Implementing Regulation (EU) 2019/24 - August 9 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/1285 of July 2019 laying down technical information for the calculation of technical provisions and basic own funds for reporting with reference dates from 30 June 2019 until 29 September 2019 in accordance with Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance - July 31 - [DOC](#)

Corrigendum to Council Regulation (EU) 2017/2454 of 5 December 2017 amending Regulation (EU) No 904/2010 on administrative cooperation and combating fraud in the field of value added tax (OJ L 348, 29.12.2017) - July 24 - [DOC](#)

Corrigendum to Council Directive (EU) 2017/2455 of 5 December 2017 amending Directive 2006/112/EC and Directive 2009/132/EC as regards certain value added tax obligations for supplies of services and distance sales of goods (OJ L 348, 29.12.2017) - September 25 - [DOC](#)

Decision (EU) 2019/1349 of the European Central Bank of 26 July 2019 on the procedure and conditions for exercise by a competent authority of certain powers in relation to oversight of systemically important payment systems (ECB/2019/25) - August 16 - [DOC](#)

Decision (EU) 2019/1348 of the European Central Bank of 18 July 2019 on the procedure for recognising non-euro area Member States as reporting Member States under Regulation (EU) 2016/867 on the collection of granular credit and credit risk data (ECB/2019/20) - August 16 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2019/1386 of the European Central Bank of the European Central Bank of 7 June 2019 amending Guideline ECB/2014/15 on monetary and financial statistics (ECB/2019/18) - September 6 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2019/1335 of the European Central Bank of 7 June 2019 amending Guideline (EU) 2018/876 on the Register of Institutions and Affiliates Data (ECB/2019/17) - August 8 - [DOC](#)

Recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico, de 21 de março de 2019, que altera a Recomendação CERS/2016/14 relativa ao preenchimento das lacunas de dados sobre bens imóveis (CERS/2019/3) - 13 de Agosto - [DOC](#)

Informação n.º 2019/C 296/01 da Comissão Europeia sobre Taxa de Juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento a partir de 1 de setembro de 2019: 0,00 % - Taxas de câmbio do euro - 3 de Setembro - [DOC](#)

Comunicação n.º C/2019/6434 da Comissão - atualização dos dados utilizados no cálculo das quantias fixas e das sanções pecuniárias compulsórias que a Comissão proporá ao Tribunal de Justiça da União Europeia no âmbito dos processos por infração - 13 de Setembro - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Fight against **money laundering and terrorist financing**: Commission assesses risks and calls for better implementation of the rules - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Financial services: Commission sets out its **equivalence policy with non-EU countries** - [DOC](#)

General Data Protection Regulation shows results, but work needs to continue - [DOC](#)

Data protection: Commission decides to refer Greece and Spain to the Court for **not transposing EU law** - [DOC](#)

ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

ECB publishes **Consolidated Banking Data** for end-March 2019 - [DOC](#)

ECB publishes legal acts relating to **targeted longer-term refinancing operations** (TLTROs) - [DOC](#)

Results of the June 2019 survey on **credit terms and conditions** in euro-denominated securities financing and over-the-counter derivatives markets (SESFOD) - [DOC](#)

Monetary policy decisions - [DOC](#)

As market matures central banks conclude that a **formal gold agreement is no longer necessary** - [DOC](#)

Growth and competitiveness in the euro area - [DOC](#)

The **evolution of stress-testing** in Europe - [DOC](#)

The **Phillips Curve** at the ECB - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA agrees position limits under MiFID II - [DOC](#)

MiFID II: ESMA publishes data for the systematic internaliser calculations for **equity, equity-like instruments and bonds** - [DOC](#)

MiFID II: ESMA makes **new bond liquidity data available** - [DOC](#)

MIFID II: ESMA issues latest **double volume cap data** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA responds to European Commission on **annual review of RTS 2** - [DOC](#)

ESMA published responses to survey on **short-termism in the financial sector** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its Consultation on **reporting guidelines under SFTR** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its **EMIR 2.2 Consultations** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its Consultation on **cost of market data and consolidated tape** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its Call for evidence on certain investor protection topics - [DOC](#)

ESMA publishes **stress simulation framework for investment funds** - [DOC](#)

ESMA publishes study on the **exposure of the EU fund industry to CLOs** - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

ESMA publishes updated results of the annual **transparency calculations for equity and equity-like instruments** - [DOC](#)

ESMA strengthens liquidity stress tests for investment funds - [DOC](#)

EU financial regulators highlight risks of a **no-deal Brexit and search for yield** - [DOC](#)

ESMA ceases renewal of product intervention measures relating to **contracts for differences** - [DOC](#)

ESMA issues opinion **on accepted market practice by Spanish CNMV** - [DOC](#)

ESMA issues opinions on **product intervention measures** by Germany, Hungary, Malta and Poland - [DOC](#)

ESMA issues opinions on **product intervention measures** by Bulgaria, Denmark and Croatia - [DOC](#)

ESMA study finds **high impact of costs on performance, especially for active equity funds** - [DOC](#)

ESMA – **investors face increasing risks amid renewed market volatility** - [DOC](#)

Steven Maijor - introductory remarks to the 2nd roundtable on **euro risk free rates** - [DOC](#)

ESMA updates Q&As on **MiFIR data reporting** - [DOC](#)

ESMA **newsletter** - N° 7 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA launches consultation on the methodology to determine the **weighted average maturity of contractual payments due under the tranche of a securitisation transaction** - [DOC](#)

EBA launches its 2019 **EU-wide transparency exercise** - [DOC](#)

EU banks' funding plans indicate **increased appetite for market-based funding in the coming years** - [DOC](#)

EU financial regulators highlight **risks of a no-deal Brexit and search for yield** - [DOC](#)

EBA responds to the Commission on the Estonian Central Bank's proposed measures to address **macroprudential risk** - [DOC](#)

EBA will clarify the **prudential treatment applicable to own funds instruments at the end of the grandfathering period** expiring on 31 December 2021 - [DOC](#)

EBA issues Opinion on measures to address **macroprudential risk following notification by Finnish FSA** - [DOC](#)

EBA advises the European Commission on the **implementation of the final Basel III framework** - [DOC](#)

The EBA calls for communication to credit institutions about the **relevance of AML/CFT concerns from a prudential perspective** - [DOC](#)

EBA publishes the first of three opinions on the **implementation of the Deposit Guarantee Schemes Directive** - [DOC](#)

EBA publishes phase 2 of its **technical package on reporting framework 2.9** - [DOC](#)

EBA publishes clarifications to the fourth set of issues raised by its Working Group on **APIs under PSD2** - [DOC](#)

EBA publishes feedback on a review of the **use, usefulness and implementation of the Single Rulebook Q&A** - [DOC](#)

EBA adds the **Securitisation Regulation** to its online Interactive Single Rulebook and Q&A tools - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

The EBA updates data used for the identification of **global systemically important institutions (G-SIIs)** - [DOC](#)

EBA issues **revised list of validation rules** - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs respond to the European Commission on the **exclusion of performance scenarios options from PRIIPs consumer testing exercise** - [DOC](#)

Joint Committee Autumn 2019 Risk Report - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

ESRB Annual Report 2018 - [DOC](#)

Opinion of the European Systemic Risk Board of 13 May 2019 regarding **Estonian notification of a stricter national measure** based on Article 458 of the CRR (ESRB/2019/2) - [DOC](#)

ESRB issues five warnings and six recommendations on **medium-term residential real estate sector vulnerabilities** - [DOC](#)

Methodologies for the **assessment of real estate vulnerabilities and macroprudential policies**: residential real estate - [DOC](#)

Vulnerabilities in the residential real estate sectors of the EEA countries - [DOC](#)

Follow-up **report on countries that received ESRB warnings in 2016** on mediumterm vulnerabilities in the residential real estate sector - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 101/September2019: **Macroprudential policy spillovers and international banking** - Taking the gravity approach - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 101/September2019: **Inefficient fire-sales in decentralized asset markets** - [DOC](#)

Andrea Enria - **The future of stress testing** – realism, relevance and resources - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

FCA finds **MiFID II research unbundling rules** working well for investors - [DOC](#)

Preparing for Brexit in financial services: the state of play - [DOC](#)

Stress testing for human beings - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Acordão do Tribunal de Justiça (UE), Processo C-619/18, de 24 de junho

Comissão Europeia contra República da Polónia - Incumprimento de Estado — Artigo 19.º, n.º 1, segundo parágrafo, TUE — Estado de direito — Tutela jurisdicional efetiva nos domínios abrangidos pelo direito da União — Princípios da inamovibilidade e da independência dos juízes — Redução da idade de aposentação dos juízes do Supremo Tribunal — Aplicação aos juízes em exercício — Possibilidade de continuar a exercer as funções de juiz para além dessa idade subordinada à obtenção de uma autorização por decisão discricionária do presidente da República. - [DOC](#)

Case-law of the Court of Justice, Processo C-311/18

Facebook Ireland and Schrems - Pedido de decisão prejudicial apresentado pela High Court - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

ANACOM

Esclarecimento sobre o **processo necessário ao desenvolvimento do 5G** - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Défice das **Administrações Públicas** recua para 0,5% do PIB em 2018 - [DOC](#)

Relatório n.º 9/2019: **Saldo orçamental dos municípios aumenta** 282 M para 669 M até junho - [DOC](#)

Relatório n.º 8/2019: **Segurança Social e CGA aumentam excedentes** na primeira metade de 2019 - [DOC](#)

CGA - CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

Lista de beneficiários de subvenção mensal vitalícia - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Deliberação n.º 2019/495: Dispensa da aplicação de coimas às entidades públicas, interpretação do artigo 44.º, n.º 2, da Lei 58/2019 - [DOC](#)

Deliberação n.º 2019/494: Desaplicação de normas da Lei n.º 58/2019 - [DOC](#) - Comunicado

EURONEXT

Euronext announces **quarterly quarterly review results for the PSI 20** - [DOC](#)

Euronext announces **volumes for August 2019** - [DOC](#)

Euronext announces **volumes for July 2019** - [DOC](#)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

O Futuro do Planeta - [DOC](#)

IGCP - AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA

Portugal: Economics & State Funding - [DOC](#)

IMPIC - INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A remuneração bruta mensal média por trabalhador aumentou 3,4% no segundo trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018 - [DOC](#)

A taxa de desemprego diminuiu para 6,3% - 2.º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Taxa de variação homóloga do IPC desce para -0,3% - Julho de 2019 - [DOC](#)

As exportações e as importações diminuíram 8,3% e 4,1%, respetivamente, em termos nominais - Junho de 2019 - [DOC](#)

BANK OF ENGLAND

Financial Stability Report and Record - July 2019 - [DOC](#)

BCG - THE BOSTON CONSULTING GROUP

Monetary policy spillovers, capital controls and exchange rate flexibility, and the financial channel of exchange rates - [DOC](#)

BETTER MARKETS

The State of Financial Reform on the 11th Anniversary of the Crash of Lehman Brothers - [DOC](#)

BLACKROCK

Geopolitical Risk Dashboard - [DOC](#)

CPLC - THE CARBON PRICING LEADERSHIP COALITION

Report of the High-Level Commission on Carbon Pricing and Competitiveness - [DOC](#)

CRANFIELD SCHOOL OF MANAGEMENT

Female FTSE Index - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

SEP Policy Brief "A new drive for the Capital Markets Union" - [DOC](#)

EuropeanIssuers Participates in EFRAG's European Lab Outreach Meeting - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

FAFT - FINANCIAL ACTION TASK FORCE

Consolidated Processes and Procedures for **Mutual Evaluations** and Follow-Up (Universal Procedures) - [DOC](#)

Risk Based Approach Guidance for Legal Professionals - [DOC](#)

FRC - FINANCIAL REPORTING COUNCIL

FRC publishes **annual report as the transition to a new regulator progresses** - [DOC](#)

Speech by Sir Win Bischoff - The not-so-secret path to **longevity of business success** - [DOC](#)

HARVARD BUSINESS REVIEW

How CEOs Manage Time - [DOC](#)

ICMA - INTERNATIONAL CAPITAL MARKET ASSOCIATION

ICMA publishes update to **primary markets technology mapping directory** - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal Economic Snapshot - [DOC](#)

2019 External Sector Report: The Dynamics of External Adjustment - [DOC](#)

Opening Statement by Christine Lagarde to the Economic and Monetary Affairs Committee of the European Parliament - [DOC](#)

Angela Merkel - Striking the Right Note on Leadership - [DOC](#)

Economic outlook, analysis and forecasts - [DOC](#)

Economic Outlook, Interim Report September 2019 - [DOC](#)

World Economic Outlook Report, July 2019: Still Sluggish Global Growth - [DOC](#)

Rules and Regulations for the Investment Account - [DOC](#)

A Monitoring Framework for Global Financial Stability - [DOC](#)

Price Statistics Compilation in 196 Economies: The Relevance for Policy Analysis - [DOC](#)

Macroeconomic and Financial Policies for Climate Change Mitigation: A Review of the Literature - [DOC](#)

Age Limit for the Managing Director: Proposed Amendment of Section 14(c) of the By-Laws - [DOC](#)

The Economic Impact of Healthcare Quality - [DOC](#)

Doing More for Less? New Evidence on Lobbying and Government Contracts - [DOC](#)

Bank Lobbying: Regulatory Capture and Beyond - [DOC](#)

Public Sector Balance Sheet Strength and the Macro Economy - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

Cybersecurity Risk Supervision - [DOC](#)

Going Digital - Organisation for Economic Co-operation and Development - [DOC](#)

The Nonlinear Relationship Between **Public Debt and Sovereign Credit Ratings** - [DOC](#)

The Long Shadow of the Global Financial Crisis: Public Interventions in the Financial Sector - [DOC](#)

Statistical Coverage of Trade Finance - **Fintechs and Supply Chain Financing** - [DOC](#)

The Impact of Remittances on Economic Activity: **The Importance of Sectoral Linkages** - [DOC](#)

Liquidity Ratios as Monetary Policy Tools: Some Historical Lessons for Macroprudential Policy - [DOC](#)

Ageing and demographic change - [DOC](#)

Financial Development, Exchange Rate Fluctuations and Debt Dollarization: A Firm-Level Evidence - [DOC](#)

Finding the Bad Apples in the Barrel: Using the **Market Value of Equity to Signal Banking Sector Vulnerabilities** - [DOC](#)

The **Negative Mean Output Gap** - [DOC](#)

Do Old Habits Die Hard? **Central Banks and the Bretton Woods Gold Puzzle** - [DOC](#)

France: 2019 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for France - [DOC](#)

France: Financial System Stability Assessment - [DOC](#)

France: Selected Issues - [DOC](#)

China's Economic Outlook in Six Charts - [DOC](#)

People's Republic of China: 2019 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; Staff Statement and Statement by the Executive Director for China - [DOC](#)

Russian Federation: Selected Issues - [DOC](#)

Russian Federation: 2019 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report - [DOC](#)

Cabo Verde: Staff Report for the 2019 Article IV Consultation and Request for an Eighteen-Month Policy Coordination Instrument-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Cabo Verde - [DOC](#)

Republic of Mozambique: Diagnostic Report on **Transparency, Governance and Corruption** - [DOC](#)

The **Republic of Mozambique Implements the International Monetary Fund's Enhanced General Data Dissemination System** - [DOC](#)

IMF Staff Completes **Program Negotiation Mission** to São Tomé and Príncipe - [DOC](#)

Monitoring **Global Financial Stability** - [DOC](#)

Fintech, Fiber-optics, and Financial Inclusion - [DOC](#)

Top 5 **Charts of Summer** - [DOC](#)

Taming the **Currency Hype** - [DOC](#)

Digital disruption in financial markets - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

IPP - INSTITUTE OF PUBLIC POLICY

Melhorar o modelo de **recrutamento e seleção de dirigentes na administração pública** portuguesa - [DOC](#)

O atual **sistema público de pensões** em Portugal - [DOC](#)

Critérios de **avaliação dos sistemas de pensões** - [DOC](#)

O debate público e político sobre as **pensões em Portugal** - [DOC](#)

JLL

SOCIMIs: Estabilidad e inversión en el sector inmobiliario. Informe de Mercado 2019 - [DOC](#)

KPMG ADVISORY

The **future of HR** - [DOC](#)

LONG FINANCE

The **Global Financial Centres Index 26** - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Country statistical profile: **Portugal 2019/3** - [DOC](#)

Country statistical profile: **European Union 2019/3** - [DOC](#)

Country-by-Country Reporting – Compilation of Peer Review Reports (Phase 2): **Inclusive Framework on BEPS: Action 13** - [DOC](#)

The Potential for **Blockchain Technology in Corporate Governance** - [DOC](#)

Four years on and half a billion dollars later - **Tax Inspectors Without Borders** - [DOC](#)

Flexibility mechanisms in environmental regulations: Their use and impacts - [DOC](#)

Cost-Benefit Analysis and the Environment: Further Developments and Policy Use - [DOC](#)

The broad policy toolkit for financial stability: Foundations, fences, and fire doors - [DOC](#)

Top global firms commit to tackling inequality by joining Business for Inclusive Growth coalition - [DOC](#)

Going for Growth 2019: The time for reform is now - [DOC](#)

Outlook 2019: **Strengthening Trust in Business** - [DOC](#)

Tax Policy Reforms 2019: OECD and Selected Partner Economies - [DOC](#)

The **2018 Indicators on the Governance of Sector Regulators** - Part of the Product Market Regulation (PMR) Survey - [DOC](#)

International trade statistics: trends in second quarter 2019 - [DOC](#)



Regulatory Update

Setembro2019

GDP Growth, Second quarter of 2019 - [DOC](#)

Growth and economic well-being, first quarter 2019 - [DOC](#)

Employment situation, first quarter 2019 - [DOC](#)

Governments must take further action to **boost job opportunities at an older age** - [DOC](#)

Composite Leading Indicators (CLI) - [DOC](#)

Consumer Prices - [DOC](#)

Electricity Information 2019 - [DOC](#)

Renewables Information 2019 - [DOC](#)

PRI - PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE INVESTMENT

Case study: CalPERS on **ESG monitoring, reporting and dialogue in private equity** - [DOC](#)

RELIEFWEB

Global Sustainable Development Report 2019 - The Future is Now: Science for Achieving Sustainable Development - [DOC](#)

SCIENTIFIC AMERICAN

When Will All the Ice in the Arctic Be Gone? - [DOC](#)

SIFMA - SECURITIES INDUSTRY AND FINANCIAL MARKETS ASSOCIATION

Capital Markets Fact Book, 2019 - [DOC](#)

U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION

SEC Clarifies Investment Advisers' Proxy Voting Responsibilities and Application of Proxy Rules to Voting Advice - [DOC](#)

UNITED NATIONS

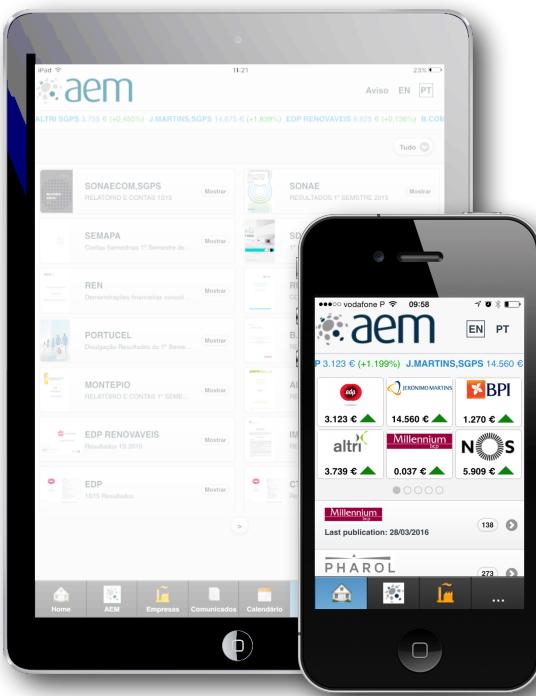
World Population Prospects 2019: Highlights - [DOC](#)

VOX EU

Banking Disrupted? Financial Intermediation in an Era of Transformational Technology - [DOC](#)

APP AEM

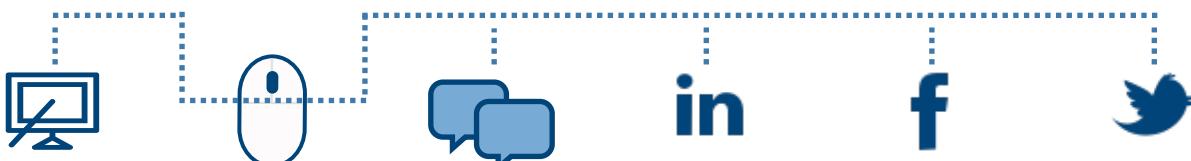
MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



Available on the
App Store

GET IT ON
Google play

TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)

[Read](#)

[Discuss](#)

[Link](#)

[Like](#)

[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Setembro2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.